

Asociación Uruguaya de Historia Económica (AUDHE)

Terceras Jornadas de Historia Económica

Montevideo, 9 al 11 de julio de 2003

Simposio N° 17

Nombre del simposio: Los caminos recorridos por la economía popular solidaria

Coordinadores:

Juan Pablo Martí

Pablo Guerra

Título de la ponencia: DAS ORIGENS DO COOPERATIVISMO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA:
uma alternativa as metamorfoses do mundo do trabalho

Autor(es): Carlos Nelson dos Reis e Cristina Aguiar

Adscripción institucional: PUCRS

Correo electrónico: cnelson@pucrs.br

DAS ORIGENS DO COOPERATIVISMO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AS METAMORFOSES DO MUNDO DO TRABALHO

Carlos Nelson dos Reis¹

Cristina Silveira Aguiar²

RESUMO: O contexto do mundo do trabalho tem apresentado transformações que perpassam todos os segmentos da sociedade, onde as exigências para a inserção nos mercados de trabalho estão voltadas para a qualificação profissional. Nessa perspectiva, uma legião de pessoas está condicionada a ficar à margem dessas exigências, acentuando-se os níveis de desemprego, pobreza e exclusão social. Mas essa nuance da questão social não é algo novo. Ela acompanha a própria evolução da sociedade capitalista. Por vezes, esta foi enfrentada pelo proletariado em reações que preconizavam a sua emancipação; por outras, pelos setores populares, aglutinação em busca de formas de organizações mais eqüitativas e solidárias. Nesse sentido, este texto tem o propósito de sistematizar, em uma perspectiva histórica, as diferentes alternativas gestionadas pelo cooperativismo no enfrentamento das desigualdades sociais provenientes das metamorfoses do mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação; Cooperativismo; Economia Social.

INTRODUÇÃO

Ao longo da evolução da civilização, o homem busca organizar forças para a defesa, a prosperidade e as conquistas de seus objetivos. Em determinados momentos da história, essa organização se estabelece através de clãs, tribos, classes sociais e instituições, dentre outros. A partir da consolidação do significado de propriedade privada, principalmente da terra, a fixação do homem na atividade produtiva agrícola passou a exigir uma intensificação do processo de organização econômica.

Essa atividade produtiva, inicialmente de subsistência, acabou gerando excedentes de produção, o que resultou na composição do mercado dos bens produzidos. Com o entendimento de que a economia existe como instrumento para prover a população dos bens e serviços de que necessita, os agentes econômicos ao longo do tempo construíram inúmeras alternativas de organização econômica. Assim, em um contexto de evolução das relações socioeconômica que surge a Economia Social, fundamentada no associativismo, no cooperativismo e no mutualismo³, tendo suas ações como referência os indivíduos a margem do sistema econômico vigente da época.

Nesse sentido, a Economia Social firma seus objetivos na solidariedade e na democracia, dando primazia à distribuição dos benefícios ao homem e ao trabalho sobre o capital. Impelida pelo ideário humanista e solidário, é formada por cidadãos livres, organizados através de empreendimentos de caráter econômico e social, com autogestão democrática, onde as relações sociais são a expressão mais forte da cooperação e da solidariedade. A partir do exposto, o foco central de análise a seguir será a origem e as definições dessa forma de organização econômica e os múltiplos matizes que assumiu ao longo do tempo, até se consolidar no que se convencionou chamar de Economia Popular Solidária.

¹ Doutor em Economia Unicamp, Professor Titular da FACE/PUCRS e do PPGSS/FSS/PUCRS.

² Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela PPGSS/FSS/PUCRS.

³ Doutrina que encontra no solidarismo a sua base filosófica, tem objetivos essencialmente socializantes, situando-se no plano humano e familiar. É uma instituição de natureza mais defensiva, na medida em que visa proteger o indivíduo e sua família dos riscos que os ameaçam (Figueiredo, 2000).

A proposta de uma organização econômica centrada no indivíduo surgiu em meados do século XVI, com a prática do associativismo e com o aparecimento do cooperativismo, embora o associativismo coletivista estivesse presente em outras épocas, nas idéias de auxílio mútuo nas relações de trabalho e na associação coletiva de pessoas, apresentando seus indícios nas construções de armazéns, fábricas, empresas rurais e até mesmo na constituição das repúblicas (Rebonatto, 1985).

As primeiras idéias surgiram na Inglaterra e na França, que eram os principais centros de irradiação da cultura econômica. Assim, para melhor compreensão das contribuições dos autores em cada ambiente histórico, a seguir apresentar-se-á o desenvolvimento cronológico das primeiras experiências desse tipo de organização econômica, a começar pela Inglaterra e, posteriormente, com França.

1. Os Precusores do Pensamento Econômico Cooperativista na Inglaterra⁴

Os primeiros indícios do pensamento econômico cooperativista estão vinculados a P.C.Plockboy, um holandês radicado na Inglaterra que publicou, em 1659 um ensaio sobre **Os Procedimentos que Torne Felizes os Pobres Desta Nação e Outros Povos** (Pinho, 1977, p. 74). Plockboy idealizava uma associação muito semelhante às cooperativas integrais, que mais tarde foram criadas, ou seja, preconizava a união de famílias ou pequenos grupos econômicos, constituídos por agricultores, artesãos, marinheiros e professores de artes e ciência; para tanto, cada componente contribuiria com o que dispusesse: animais, mão-de-obra, recursos em dinheiro, terra, transporte, tudo em detrimento do bem coletivo.

Outro nome de expressão para o pensamento econômico cooperativista foi o do socialista inglês John Bellers, que viveu entre os anos de 1654 e 1725 e publicou a obra **Proposições para a Criação de uma Associação de Trabalho de Todas as Indústrias Úteis e da Agricultura**, onde preconizava a formação de colônias cooperativas de trabalho, as quais deveriam ser compostas por “[...] 300 a 3.000 associados visando suprimir as despesas, os lucros dos intermediários e das indústrias inúteis, os honorários de advogados, etc” (Oliveira, 1979, p. 19). Os resultados seriam utilizados para fortalecer a entidade e para serem distribuídos entre os membros da associação na proporção da participação de cada um.

A característica desses pensadores estava, justamente, no plano das idéias, além de conterem as bases para a construção de uma ação maior e futura. No entanto, não passaram de ensaios teóricos, mas que muito influenciaram, mais expressivamente no decorrer do século XIX, as reações adotadas contra as idéias econômicas dos fisiocratas e clássicos e as práticas do liberalismo econômico que se caracterizavam por uma concorrência desenfreada de pequenas unidades de produção, pela gravidade das repercussões da I Revolução Industrial no meio operário, por crises cíclicas que agravavam as condições de vida dos trabalhadores, pela ausência de legislação trabalhista e previdenciária, pela proibição de qualquer forma de associação de defesa profissional.

Essa realidade colocou em evidência a oposição entre o interesse individual e o interesse social, onde um pequeno grupo de empresários enriquecia cada vez mais e uma crescente classe operária vivia miseravelmente. Numerosas foram as reações que começaram a surgir contra as práticas do liberalismo econômico, sendo as principais as **reações socialistas**⁵ e as

⁴ Para uma melhor compreensão, tem-se como fonte de apoio às informações sistematizadas no Quadro 1 da p. 08 e a Figura 1 da p.19.

⁵ “As reações socialistas eram constituídas pelas doutrinas que se opunham especialmente à propriedade privada, considerando-a a responsável principal pelos males e injustiças. Neste grupo estão os socialistas em geral desde os utópicos associativistas como Owen e Fourier até os marxistas e pós-marxistas (revolucionários e reformistas) (Pinho, 1977, p. 72).

reações intervencionistas⁶, que resultaram no cooperativismo. Impregnados pelo ideal de justiça e de fraternidade, os socialistas utópicos ingleses buscaram melhorar o meio socioeconômico, através de organizações sociais eqüitativas, de associações voluntárias, de modificações da organização da produção industrial e do trabalho, ou, ainda de modificações do regime de trocas. Admitiam a possibilidade da vontade humana de atuar sobre a evolução econômica, sendo que, para isso acontecer, esta deveria ser reformada e orientada no sentido do progresso.

O marco de referência inicial da busca desse ideal vincula-se a Robert Owen, um dos maiores industriais da Europa, filho de artesãos, profundamente preocupado com o desemprego no entorno da I Revolução Industrial e que publicou duas obras intituladas **New View of Society** (1812) e **Book of the Moral World** (1820). Considerado o pai do socialismo Inglês por vários historiadores do cooperativismo (Pinho, 1977), Owen planejava a ligação direta entre os produtores e os consumidores. Combateu o lucro e a concorrência, responsáveis pelos males e injustiças sociais e pela deturpação do meio social.

Owen transformou a grande fábrica de fios de algodão de New Lanarck (Escócia) em colônia-modelo, onde os trabalhadores se tornaram homens dignos⁷ e as crianças, a partir de dois anos, eram educadas em escolas. Reduziu de 14 para 10,5 horas a jornada de trabalho, os menores de 10 anos foram proibidos de trabalhar. Criou amparo à velhice, até então desconhecido, e medidas previdenciárias, como assistência aos doentes e inválidos. Introduziu melhoramentos na alimentação e no alojamento dos operários, instalando refeitórios, instituindo e criando economatos⁸ e cidades-jardins confortáveis.

Inconformado com a inércia e a má-vontade dos patrões e do Estado, Owen mudou-se, em 1824, para a América do Norte, onde fundou, com 2.500 operários ingleses, cinco comunidades agrícolas⁹, baseadas na idéia de propriedade coletiva, onde a repartição era feita de acordo não com a capacidade de cada um, mas conforme as necessidades. Todas fracassaram devido a diversos fatores peculiares à época e à região, como: má qualidade dos artigos, produção excessiva, custo de produção mal calculado, desonestidade por parte de administradores mancomunados com os comerciantes, o próprio caráter simplista do mecanismo que preconizava e em virtude de o País ainda não estar preparado para esse grau de cooperação (Oliveira, 1979).

Retornando à Inglaterra, Owen chegou com a firme convicção de que o verdadeiro cooperativismo emergia da solidariedade, do esforço e da iniciativa espontânea dos homens, não de fórmulas preestabelecidas ou de criações de novos meios como as colônias. Não esmorecendo, mas com objetivos menos ambiciosos, procurou, através de associações de trocas de produtos, preparar o terreno progressivamente para a modificação da sociedade econômica existente. A transformação começaria por corrigir algumas falhas consideradas essenciais, voltando-se novamente à instituição do lucro como responsável por crises econômicas violentas.

[...] o lucro [é] um dos vícios mais grave e pernicioso da economia: grave por simbolizar ele a desigualdade social, aumentado-a e perpetuando-a; pernicioso,

⁶ As reações intervencionistas procuravam evitar os excessos de liberdade econômica através da submissão ao controle de uma determinada entidade, ou seja, o estado, a família, a igreja etc., à qual caberia assegurar a harmonia entre os interesses particulares e o interesse geral (Pinho, 1977, p. 72).

⁷ Terminologia utilizada por Owen para contrapor as deploráveis condições de trabalho dos operários, com jornadas de trabalho longas, remuneração insuficiente e segurança precária, falta de higiene e conforto na vida do operário (Hugon, 1980).

⁸ Ofício ou profissão de administrar uma casa grande, ou instituição particular ou pública (Ferreira, 1999).

⁹ São elas: New Harmony (1825-1827), Vally Forge Community (1825-1826), Blue Springs Community (1826-1827), Yellow Springs Community (1826-1827) e Rendal Community (1827-1827) (Oliveira, 1979).

porque, ao se integrar no preço de custo – justo preço - vai este lucro tornar impossível ao operário a aquisição do produto do seu trabalho, acarretando, em consequência, o subconsumo que, para Owen, constitui a principal causa das crises. (Hugon, 1980, p. 169).

Owen julgava que a simples supressão da moeda, que materializava o lucro, seria o suficiente. Propôs substituí-la por bônus de trabalho, **labour notes**. Cada bônus representaria uma hora de trabalho, e cada produto valeria tantos bônus quantas fossem às horas de trabalho exigidas para fabricá-lo. As trocas aconteceriam em função do seu valor-trabalho; o justo preço estaria, assim, assegurado, e o lucro, suprimido. Com essa concepção, em 1832, organizou em Londres o **National Equitable Labour Exchange**, uma espécie de grande cooperativa, que receberia o produto do trabalho de cada um dos associados e os trocava, de acordo com a estimativa, em bônus de trabalho (Hugon, 1980).

Problemas não demoraram muito a aparecer, como produtos com preços excessivos e de difícil troca. Owen, então, criou a Bolsa de Troca, sistema que tinha como objetivo a venda dos bens produzidos pelos operários para assim obter em troca o valor integral do produto. Owen desejava ver triunfar, sobretudo, a idéia de associação, que acreditava ser necessária para a realização do **Novo Mundo Moral**, a ser formado através de um vigoroso esforço educacional junto à classe operária e inspirado na visão da **religião racional**¹⁰, que propunha em substituição às religiões convencionais com as quais havia rompido.

Mas, mesmo com todos os entraves, não se cansou de difundir suas idéias através de palestras, ou por livros, ou nos jornais, incorporando, assim, outros personagens, que deram corpo ao **Movimento Owenista**¹¹, o qual se expandiria por toda a Inglaterra e por outros países (Schneider, 1991). Traços das experiências de Owen são encontrados em realizações posteriores, como o Banco de Trocas de Proudhon e na iniciativa dos Pioneiros de Rochdale¹², com característica de associações voltadas para o consumo. Os muitos seguidores de Owen espalharam-se entre inúmeros grupos ou núcleos no período de 1825 a 1835, fundando vários sindicatos, mas sob a forma de entidades assistenciais para fugir aos rigores da lei que proibia a formação destes, os quais, posteriormente, geraram a formação de cooperativas, umas patrocinadas pelo movimento owenista e outras por William King. Este era um médico de alta cultura, muito interessado por tudo o que se relacionava com os problemas de reforma de ensino e da organização social, o qual viu na cooperação o procedimento para eliminar os males da sociedade moderna e criar melhores formas de vida. Em 1826, fundou uma cooperativa de consumo em Brighton, a **Brighton Society** (Schneider, 1991), que iniciou de forma modesta, apenas contando com recursos próprios e com a união de pessoas influenciadas por seus ensinamentos.

É preciso construir uma sociedade de cotizações mensais. Quando o fundo for considerável, consagrá-la-emos à compra de diversas mercadorias, que colocaremos em armazéns comuns, onde todos os membros comprarão mercadorias comuns. Os lucros constituirão um capital comum, que será de novo empregado na compra das mercadorias mais procuradas. Teremos, assim, duas espécies de capitalização: as cotizações e os lucros. (Luz Filho, 1961, p. 34).

¹⁰ Seita de caráter religioso que foi constituída por muitos seguidores de Owen, baseada na benévola filantropia universal e na vivência comunitária, com a propagação da cooperação em geral, sem vinculação às cooperativas ou sindicatos da época (Schneider, 1991).

¹¹ O termo 'owenista' designa a influência teórico e prática da obras de Owen (1812 – 1837) se estendendo a pessoas e grupos partidários de tais ideais, que se apoiavam no pensamento de Owen para colocarem suas propostas em prática.

¹² Essas experiências serão abordadas mais à frente. Para maiores informações, ver Hugon (1980) e Schneider (1991).

Pouco mais tarde, surgiram cerca de 300 cooperativas semelhantes a essa, todas tiveram efêmera duração, provavelmente pela mesmas razões que evidenciaram os insucessos de Owen. As chamadas **Union Shops** aspiravam, no final do processo de expansão, chegar à constituição de colônias cooperativas autônomas. Na medida em que se multiplicassem, transformariam a sociedade capitalista e competitiva em uma sociedade solidária e embasada no processo de cooperação. Esse ideal expõe a grande influência do pensamento de Owen e dos grupos owenistas que deram seguimento às propostas de seus precursores.

Em março de 1828, Willian King começou a publicação de uma revista mensal – **The Cooperator** - que circulou até o ano de 1838. Nela, desenvolveu uma teoria que fez centenas de adeptos na Grã-Bretanha e incentivou a criação de inúmeras cooperativas, onde, através de pequenas contribuições semanais em dinheiro, os associados constituiriam um fundo comum, destinado à aquisição de um espaço para a comercialização dos produtos, e, com o lucro, comprariam terras ou casas para o benefício de todos associados. Esses princípios divergiam daqueles preconizados por Owen, a partir do momento em que o operário, para melhorar sua situação, não poderia recorrer ao capitalismo generoso e sim aos seus próprios esforços. No primeiro número de **The Cooperator**, King deu a seguinte sentença “[...] o saber e a união são uma força, a força dirigida pelo saber é felicidade, a felicidade é o fim da criação” (Rebonatto, 1985, p. 19). Mesmo desaparecendo em 1834, as cooperativas criadas sob sua inspiração tiveram grande influência no programa dos tecelões de Rochdale, cidade situada entre os distritos de lã e algodão de Yorkshire e de Lancashire, com 25.000 habitantes que estavam entre os que mais sofreram com a crise de fome, de desemprego, de exploração brutal do trabalho e de condições habitacionais subumanas.

O ideal desses tecelões de Rochdale começou a ser formalizado quando o socialista cristão Georges Jacob Holyake¹³, que havia participado de outras experiências cooperativistas conduzidas por Owen, proferiu, em 1843, a palestra **Ajuda-Mútua e Cooperação** (Rebonatto, 1985). A partir de então, esses homens começaram a discutir e a amadurecer as possíveis formas de solução para as dificuldades econômicas e sociais que enfrentavam. Almejavam não apenas a constituição de uma cooperativa de consumo como forma de superação da grave situação do proletariado, mas a constituição de colônias cooperativas autônomas, democráticas e auto-suficientes, onde reinasse a ajuda mútua, a igualdade social e a fraternidade.

Imbuídos desse ideal socialista e sob as arguições de Charles Howarth, um simples curtidor que foi discípulo de Robert Owen, os tecelões de Rochdale organizaram um novo sistema de vida: a primeira associação baseada no cooperativismo. Durante um ano inteiro, economizaram pequenas parcelas dos seus salários, chegando à soma de uma libra esterlina cada um. Em 21 de dezembro de 1844, formalizaram a sociedade e inauguraram o armazém cooperativo de *Toad Lane*, no *Beco do Sapo*, com o nome de *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (Oliveira, 1979). E, com ela, também lançaram as bases do movimento cooperativo moderno, especialmente o de consumo.

E esses modestos tecelões que não sabiam economia política, que não tinham estudado ciências sociais, mas que tinham, em contraposição, um sentido profundo da realidade, e que experimentaram, sobretudo, a imperiosa necessidade de viver um pouco melhor com o mesmo salário, chegaram a esta conclusão: que, para realizar esse desejo, tinham que renunciar ao velho sistema de comprar cada um isoladamente, fundar uma sociedade que, agrupando o poder aquisitivo de cada um deles, lhes permitisse realizar compras em conjunto, beneficiando-se desse modo

¹³ G.J. Holyake, mais tarde sistematizou o pensamento e a experiência dos Pioneiros de Rochdale, sendo essa obra traduzida em várias línguas e exercendo grande influência no desenvolvimento do cooperativismo em países onde foi publicada (Luz Filho, 1961).

com as bonificações correntes nos preços das vendas em grosso. (Luz Filho, 1961, p. 38).

Por ocasião da inauguração do armazém, lançaram à população, assinado por Charles Howarth, um manifesto que expressava os fins da iniciativa modesta que estavam formalizando naquele momento e, ao mesmo tempo, apresentavam indícios do estatuto daquela sociedade. Nesse manifesto, a expressão do ideal owenista e também da influência de William King estava fortemente constituída.

A sociedade tem por objetivo e como planos, tomar medidas com vistas ao interesse pecuniário e ao melhoramento das condições sociais e familiares de seus membros, reunindo uma quantidade suficiente de capital dividido em participações de uma libra cada uma. (Schneider, 1991, p. 37).

A partir desse ideal, a associação colocou em prática alguns projetos específicos, que serviram de instrumentos para atingirem planos mais amplos, como a melhoria da qualidade de vida dos seus integrantes.

O estabelecimento de um armazém para a venda de víveres, de vestuário, etc; Construir, comprar ou edificar um número de casas destinadas aos membros que desejam ajudar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica e social; Começar a fabricação daqueles produtos que a sociedade julgue convenientes para empregar os sócios que se encontram sem trabalho ou que sofram repetidas reduções nos seus salários; Para procurar aos membros desta sociedade um aumento de benefício e de segurança, a sociedade comprará ou tomará em arrendamento uma ou várias terras, que serão cultivadas pelos sócios que se encontrem sem emprego ou cujo trabalho seja mal-remunerado; Logo que seja, esta sociedade empreenderá a organização das forças da produção, da distribuição, da educação e do governo ou, dito em outros termos, o estabelecimento de uma colônia que se baste a si mesma e na qual se unirão os interesses, ou prestará ajuda a outras sociedades para estabelecer colônias desta classe; Para desenvolver a sobriedade se abrirá uma Sala de Temperança, tão logo que se julgue conveniente, em uma das casas da sociedade. (Schneider, 1991, p. 37).

Essas metas, mais tarde, sob a coordenação do próprio Charles Howarth e de James Daly, então diretores eleitos em assembléia geral da cooperativa, constituíram o marco estatutário dentro do qual pretendiam enquadrar o novo modelo de cooperativa, inspirados pelo ideal de equidade, liberdade e fraternidade preconizados William King como os três princípios fundamentais e interdependentes da democracia. Nesse sentido, estabeleceram as diretrizes que não orientavam somente as atividades associativas da cooperativa de Rochdale, mas, progressivamente, as das demais cooperativas de consumo e dos diferentes tipos ou segmentos de cooperativas da Inglaterra e, por fim, de todos os países do mundo. Assim, o estatuto da cooperativa de Rochdale incorporou princípios e normas de outras experiências associativas.

O sucesso da iniciativa solidarista dos tecelões de Rochdale, que se uniram para comprar em conjunto os bens para o sustento, os quais eram, no início, bem modestos – apenas um pouco de farinha, azeite, açúcar e outras mercadorias – derivou de um conjunto de princípios que, de modo geral, fundamentam ainda hoje, com pequenas alterações, o movimento cooperativista em todo o mundo¹⁴. Eram estes os princípios: adesão livre e espontânea; neutralidade política e religiosa; prática da democracia pura, onde uma pessoa representava apenas um voto; eliminação do lucro mercantil, com a devolução das sobras proporcionalmente às operações de cada um; retribuição ao capital com juros limitados;

¹⁴ Conforme as informações sistematizadas no Quadro 3 na página 18 permitem observar.

vendas à vista dos bens de consumo; fomento à educação, para preparar as gerações futuras e garantir a continuidade do sistema (Oliveira, 1979).

A experiência dos Pioneiros de Rochdale transformou-se em símbolo e, conseqüentemente, provocou que o movimento cooperativista se expandisse para outros sistemas, como o de produção, o de crédito, o de educação, o de serviços, enfim, para todos os meios de vida. Assim, esses tecelões, que intitularam a si próprios de **Os Pioneiros**, trouxeram para a ordem econômica o fator moral da ajuda mútua com o lema **Um por Todos e Todos por um**, que perdura até os dias atuais.

No contexto apresentado, as informações constantes no Quadro 1 permitem observar cronologicamente as propostas dos diferentes precursores do cooperativismo, como também sistematizar as principais obras que serviram de suporte teórico para as várias formas de organização econômica, salvaguardando a historicidade de cada feito.

Quadro 1

Concepção teórica e histórica da Economia Social na Inglaterra – 1659 a 1844

Precursores	Obras Práticas e Teóricas	Propostas
P.C. Plockboy	1659 – Um procedimento que torne felizes os pobres desta nação e outros povos (ensaio).	Idealizava a união através de pequenos grupos ou famílias de associações semelhante às cooperativas atuais.
John Bellers	Proposições para a Criação de uma Associação de Trabalho de todas as Indústrias Úteis e da Agricultura.	Propôs a constituição de colônias cooperativas de trabalho com número de associados de 300 a 3.000, sendo que essa experiência não ultrapassou o plano teórico.
Robert Owen	1812 - New View of Society 1820 - Book of the Moral World. - transformação da fábrica de algodão em colônia-modelo; 1824 – fundou cinco comunidades agrícolas na América do Norte; 1832 – organizou em Londres a cooperativa de troca de produtos; 1837 – homenageado em Paris e influenciador do movimento owenista inglês e parisiense.	Preconizava que o indivíduo, através de educação moral e de ambiente adequado, se transformaria em homem de bem. Melhor qualidade de trabalho e de vida através da experiência com a fábrica de New Lanarck na Escócia. Formação de cooperativas de consumo, aproximação entre consumidor e produtor. Comunidades agrícolas baseadas na idéia de propriedade coletiva. Associações de trocas de produtos com a substituição da moeda por bônus trabalho.
Willian King	1827 – fundou a cooperativa de consumo; 1828-1838 - Revista mensal The Cooperator.	Cooperativas de consumo - <i>Union Shops</i> que influenciaram cerca de outras 300 cooperativas. Propôs uma teoria que influenciou outras cooperativas a serem auto-suficientes, de auto-ajuda, sem intervenções externas.
George Jacob Holyake	1843 – proferiu palestra Ajuda-Mútua e Cooperação. - Escreveu sobre a história dos Pioneiros de Rochdale.	Participou de experiências cooperativistas conduzidas por Owen e, com os ideais de ajuda mútua e cooperação, influenciou o movimento owenista, que se configurou na matriz cooperativista de Rochdale.
Charles Howarth	1844 - publicação de um manifesto que contemplava os objetivos e os planos da cooperativa. Este sugeriu a criação do marco estatutário que continha as normas e os princípios da Cooperativa de Rochdale e que, depois, foi estendido a todas as cooperativas do mundo.	Como discípulo de Owen e pela participação de outras experiências cooperativistas, foi eleito presidente da <i>Rochdale Society of Equitable Pioneers</i> , pelos então 28 membros da cooperativa. Junto com outros membros, formulou os princípios e o estatuto da cooperativa, que serviram de modelo organizacional para todos os tipos de cooperativas do mundo.
Os Pioneiros de Rochdale	1844 – inauguração do armazém cooperativo de Toad Lane, no Beco do Sapo, com o nome de <i>Rochdale Society of Equitable Pioneers</i> .	Cooperativa de consumo constituída de 28 tecelões, que tinham a proposta de superar as dificuldades socioeconômicas, mas principalmente a formação de colônias cooperativas autônomas, democráticas e auto-suficientes, onde reinasse a ajuda mútua, a igualdade social e a fraternidade.

Fonte: Sistematização dos autores

Das contribuições e das propostas dos precursores ingleses, resguardadas as concepções de mundo de cada um, bem como as condições socioeconômicas que enfrentavam, pode-se observar que o processo constitutivo do pensamento econômico em cada época gerou diferentes formas de organização econômica, que contribuíram e influenciaram outras experiências. O marco de referência desse processo está vinculado a Owen, que, apesar de todas as frustrações, proporcionou outros matizes desse pensamento, expresso no sucesso dos Pioneiros de Rochdale, os quais, a partir de então, influenciaram o pensamento econômico cooperativista por todo o mundo.

2. Os Precursores do Pensamento Econômico Cooperativista na França¹⁵

No final do século XVIII, aproveitando-se de todo um ambiente revolucionário francês encontrado em Lyon, L'Ange publicou, em 1792, o esboço de um sistema cooperativo com o objetivo de nacionalização geral dos alimentos, num folheto que teve grande repercussão, intitulado **Meios Simples e Fáceis para Alcançar a Abundância e o Justo Preço do Pão**. Nele, L'Ange idealizava a formação de cooperativas entre agricultores com a participação do Estado, que forneceria o capital, ficando a administração com os agricultores e os consumidores. Seriam 30.000 “*armazéns de abundância*” em toda a França. Essas cooperativas também tratariam do seguro contra granizo e incêndio, dentre outros. Sem concretizar o ensaio que preconizava, L'Ange foi de grande influência ao pensamento econômico cooperativo francês, mais expressivamente com François Marie Charles Fourier, de quem é considerado, pelos historiadores, pai espiritual e guia doutrinário de Fourier (Oliveira, 1979).

Ao contrário dos ingleses, os franceses davam indícios de um pensamento econômico cooperativista voltado para a produção, e nesse caso, especificamente a agricultura. Seguindo esse enfoque, encontra-se em Fourier um exemplo claro dessa influência. Contemporâneo e apreciador das idéias de Owen, inclusive oferecendo-se para participar ativamente das experiências em New Lanark, demonstrou em sua obra pensamentos doutrinários e teóricos ao contrário de Owen, que manifestou o socialismo associativo através de tentativas de realizações práticas.

Ultra-socialista e utópico, no decorrer de sua vida deu livre expansão à extraordinária imaginação escrevendo livros que atacavam os “[...] *comerciantes considerados aranhas, sanguessugas, abutres e espoliadores, por serem responsáveis pelo triste estado da sociedade*” (Japiassú ; Marcondes, 1996, p. 111) e também outras instituições, como a família, a religião e a própria civilização (Japiassú; Marcondes, 1996). Esse entrelaçamento fez com que Fourier não fosse levado a sério pela maioria dos seus contemporâneos, provocando mais risos do que admiração (Hugon, 1980).

O conjunto das obras de Fourier remete a uma única concepção: a associação livre e universal e um projeto de realização: o falanstérios¹⁶. A primeira obra publicada foi em 1808, o livro **Theorie des Quatre Mouvements et Destinées Générales**, no qual procurava resolver as leis da vida universal, investindo com vigor contra os comerciantes e o princípio da concorrência. Em 1822, publicou o **Traité de L'Association Domestique et Agricole**¹⁷, que tomou, mais tarde, o nome de **Théorie de l'Unité Universelle**.

Ousemos encarar a imensidade das economias societárias em seus menores detalhes. Cem vendedoras de leite, que vão perder cem manhãs na cidade, seriam substituídos por um carro conduzindo um tonel de leite. Cem agricultores, que vão com cem pequenos carros que, num dia de feira, perdem cem dias nas ruas e nos botequins, seriam substituídos por três ou quatro carros, que dois homens poderiam conduzir e servir. Em lugar de trezentas cozinhas que exigem trezentos fogões e empregam trezentas donas de casa, a aldeia teria só uma cozinha com três fogões; dez mulheres bastariam para essa função, que hoje exige trezentas. Fica-se

¹⁵ Para uma melhor compreensão, tem-se como fonte de sistematização as informações sistematizadas no Quadro 2 e Figura 1, das páginas 21 e 25, consecutivamente.

¹⁶ Associação de pessoas que tinham como objetivo produzir bens de consumo. Organização fundamentada na associação livre e universal, mantendo a hereditariedade, a propriedade, o capital e o interesse individual, além da distribuição do excedente. Expressa a idéia de que ao trabalhador caberia uma parte do resultado social na proporção da participação social no trabalho coletivo. (Figueiredo, 2000).

¹⁷ Livro enviado por Fourier a Owen, com a proposta de trabalhar na experiência, caso este último resolvesse colocar em prática a associação falanstérica.

perplexo, quando se avalia o benefício que resultaria dessas grandes associações.
(Oliveira, 1979, p. 22).

Na concepção de associação livre e universal, Fourier partia da idéia de serem os homens acionados pelas paixões que são criadas por Deus. As paixões, observadas a princípio como excelentes, se degeneraram em vícios em consequência do meio social que impede que estas se expressem livre e plenamente. Esse fato é determinado pela instituição da propriedade privada (Hugon, 1980).

Salientou Fourier que o “[...] *mal que sofre o homem, sobretudo quanto às suas condições de vida, consiste na ausência de liberdade econômica, embora, por estranha ironia, seja em nome desta liberdade que defende o estado social existente*” (Hugon, 1980, p. 172), manifestando, assim, reação socialista contra a doutrina liberal¹⁸, a qual atribuiu toda responsabilidade pela situação desastrosa que se encontravam os trabalhadores industriais da época. Daí a preferência pela agricultura ao traçar o plano de organização do novo meio.

Fourier não se colocava contra a propriedade, mas queria suprimir dela o traço individualista, pois, sendo privada, tornava o meio social anárquico – imperando a concorrência, que originaria abusos e explorações de todas as espécies junto à ordem social – e atomizado, determinando na ordem econômica, péssimo rendimento do trabalho, com desperdícios das forças humanas. Preconizava que, na passagem da propriedade privada para a propriedade coletiva, se daria a transformação do meio social, e, assim, a produção deixaria de ser atomizada e passaria a ser unitária.

Ao publicar, no ano de 1829, o **Le Monde Industriel et Sociétaire**, resumiu toda a sua teoria, na qual preconizava uma numerosa associação universal que teria por base a agricultura e abarcaria em seus quadros todo o tipo de pessoas, desde o mais pobre plebeu até os proprietários, capitalistas, sem distinção. A realização prática dessa associação seria o falanstério, onde Fourier idealizava resolver os males sociais através dessas unidades auto-suficientes que permitiriam reformar toda a sociedade, substituindo a onerosa e mesquinha unidade doméstica ou familiar por grandes serviços coletivos (de alimentação, lavanderia, aquecimento, iluminação, etc.), criando um convívio espontâneo entre capitalistas, proprietários e operários, onde estes seriam convidados a pôr em sociedade as terras, os capitais e a mão-de-obra, trocando a competição pela cooperação. Cada membro, portanto, receberia em troca um número de ações proporcional ao valor da contribuição, semelhante a uma sociedade anônima. No falanstério, somente seriam recebidos os membros dessa associação para dar livre expansão às suas paixões em ambientes agrários. Seriam pequenos centros de economia fechada, que somente abririam suas portas para a troca recíproca de produtos indispensáveis.

Apesar da semelhança de idéias, havia grandes diferenças entre os dois associativistas liberais, Owen e Fourier: enquanto o primeiro tinha a vivência prática do ideal de uma sociedade de consumo urbana, o segundo era mais preocupado com a associação na produção rural, ocorrendo esta no plano do pensamento, da doutrina, da teoria. No entanto, esses autores apresentaram muitas semelhanças, além de viverem na mesma época, de modo que conheceram e enfrentaram os mesmos problemas colocados pelo início da I Revolução Industrial, fato que os predispueram a buscar uma organização social equitativa. Intelectualmente, foram influenciados pelas mesmas tendências racionalistas para descobrir as falhas da organização socioeconômica e assim corrigi-las. Para tanto, ambos criaram um

¹⁸ Doutrina que tomou o indivíduo como foco da análise e o comportamento individual como seu fundamento, estabelecendo uma forte justificativa econômica para a procura incessante do interesse próprio, porém, ao mesmo tempo, fez várias mudanças importantes e decisivas nos pontos clássicos sobre as relações sociais (Carnoy, 2000).

sistema baseado nas leis da natureza e na bondade inata das paixões humanas. Apesar dos objetivos dos sistemas que idealizavam – de promoção da qualidade de vida para os trabalhadores e adesão voluntária dos mesmos – chegaram a um autoritarismo, quase inconscientemente.

Todavia foi necessário passar-se muito tempo para que os aspectos interessantes da obra de Fourier fossem observados e assim obter um lugar na história. Nesse sentido, a contribuição de Victor Considérant foi de suma importância. Era um discípulo fiel e convicto, que eliminaria da obra do mestre as incongruências, tornando-a mais precisa e ampliando-a. Divulgou-a através da **Doctrine Sociale** no período de 1834 a 1844 (Hugon, 1980). Considérant procurou, também, pô-la em prática. Tal como Owen partiu para a América do Norte e fundou um falanstério. Com seu exemplo, seguiu-se o estabelecimento de cerca de 40 dessas colônias. Posteriormente, em virtude da exatidão de certas teses e sugestões de Fourier na evolução econômica e social, cresceu a sua influência no pensamento econômico cooperativista francês, inclusive devotando admiração por autores da atualidade.

O cenário dos centros urbano-industriais em formação naquela época, tanto na França como na Inglaterra, eram de efervescentes difusões de idéias de emancipação do proletariado, através de associações, e estas eram rapidamente absorvidas. Os operários discutiam em pequenos jornais fórmulas associativas que pudessem aliviar as misérias físicas e morais. A princípio, os trabalhadores estavam preocupados com problemas econômicos. Mas a inabilidade das autoridades administrativas, militares e policiais na repressão do movimento grevista levou operários a desencadearem cerrada oposição às fábricas, ao regime político e ao capitalismo.

Os operários buscavam reformar a sociedade e não apenas o governo. Entretanto hesitavam entre as diversas fórmulas propostas: o sansimonismo¹⁹ os seduziu a princípio, devido ao caráter industrial da doutrina, mas pouco depois foi abandonado frente à impossibilidade de realizar a associação. O fourierismo começou, então, a ganhar espaço, sobretudo após a sua reafirmação em 1834 com Considérant.

Nesse contexto, Philippe Joseph Benjamin Buchez²⁰ defendeu a tese de associação cooperativa dos produtores livres, pacífica e sem espoliação, pois, na sua concepção, os operários de mesma categoria profissional deveriam reunir-se para colocar em comum suas poupanças, obter empréstimos, produzir em comum, assegurar a todos salários iguais, reunir receita líquida em um fundo comum. Em artigo publicado em 1831, intitulado **Meio de Melhorar a Condição dos Assalariados e das Cidades**, Buchez já preconizava a formação de associações de operários, todos da mesma profissão, regidos por um contrato, com as principais disposições: Os associados teriam a qualidade de empresários e escolheriam um ou vários representantes; Cada associado seria pago segundo os usos adotados na profissão, isto é, por dia, semana, tarefa, dentre outros; Uma soma equivalente ao ganho dos empresários intermediários seria reservada, formando o lucro líquido a ser repartido, no fim de cada ano, em duas partes – 20% para formar e aumentar o capital social, o restante para assistência ou distribuição entre os associados, **pro rata** de seu trabalho –; e, o capital social, aumentado anualmente com a porcentagem de 20%, seria inalienável e pertenceria à associação. Esta teria caráter indissolúvel, não porque os associados não pudessem separar-se dela, mas porque se perpetuaria através da admissão de novos membros. Assim, o capital social pertenceria às pessoas e não estaria sujeito às leis de sucessão hereditária (Pinho, 1977).

¹⁹ Corrente doutrinária do socialismo industrialista que tem como objetivo a organização da sociedade pela reforma do setor da produção, almejando a produção máxima. Essa corrente foi organizada e preconizada pelo Conde francês Saint-Simon, no início do século XIX (Hugon, 1980).

²⁰ Médico profundamente católico, foi colaborador do jornal **Producteur** (1824), autor da **História da Revolução Francesa**, foi também membro e Presidente da Assembléia francesa.

O capital social inalienável permitiria a criação de um futuro melhor para as classes operárias. A associação poderia admitir operários não associados para o trabalho e, após um ano, seria obrigada a incorporá-los como associados, na proporção de suas necessidades, caso assim o desejassem. O núcleo central do pensamento de Buchez era de que a classe operária deveria se auto-ajudar sem contar com o auxílio estatal ou filantrópico e que cada classe profissional, reunida livremente, criaria associações para trabalharem juntas para o crescimento coletivo.

Exemplo claro dessa inspiração foram os alfaiates franceses, que, em 1833, se organizaram em uma sociedade de seguro contra o desemprego, com a finalidade de resistirem contra as leis que se opunham à melhoria da classe trabalhadora, os impostos sobre os bens de primeira necessidade e os monopólios que impediam a participação dos trabalhadores nas profissões lucrativas. Nas palavras de Grignon, alfaiate e membro da Sociedade dos Direitos do Homem,

[...]não nos esqueçamos de que somente os ricos fazem as leis, e de que só poderemos romper o jugo da miséria, exercendo como eles, nossos direitos de cidadãos [...] Como eles, devemos participar da felicidade e dos prazeres da vida, porque somos nós que lhes proporcionamos tais prazeres [...] nós somos o adubo dos campos de batalha (Pinho, 1977, p. 85).

Outro que entrou para o rol dos precursores do cooperativismo francês foi Louis Blanc. Historiador, jornalista, orador e político, Blanc publicou, em 1839, o livro **L'Organisation du Travail**, onde contestava a livre concorrência e o individualismo como os principais provocadores das crises sociais, proclamando o **Le Droit au Travail** (Luz Filho, 1961). Propunha o desaparecimento do regime de livre concorrência, como meio de melhorar a sorte tanto dos operários como da própria burguesia. Sendo esta a expressão do individualismo, perseguida pela Revolução francesa de 1789, era um dever, na concepção de Blanc, combatê-la, conduzindo, assim, os homens à fraternidade, através da criação de um meio pelo qual cada um poderia ser co-proprietário dos instrumentos de produção, ou seja, a criação de uma associação cooperativista.

Essa associação apresentaria características particulares que a diferenciariam bastante do tipo imaginado por Fourier e Owen. Blanc preconizava-a sob a forma de **Oficina Social** (Hugon, 1980), a associação profissional de trabalhadores do mesmo ramo, de organização e funcionamento numa concepção autoritária e estática, com o objetivo precípuo de possibilitar a vitória da oficina social sobre as oficinas privadas.

Organizada com estatutos sociais redigidos pelo Estado, a oficina social teria, no início, diretor, mestre e contramestres nomeados pelo governo. Quando os associados já se conhecessem mutuamente, os cargos seriam preenchidos por eleições. Essa interferência do Estado seria provisória na constituição e no funcionamento da associação: “*uma vez montada, a máquina funcionará por si própria*” (Hugon, 1980, p. 181), preconizava Blanc, que, após certo tempo, transformaria o ateliê de tendência individualista em sentimento social, reconhecendo as virtudes da nova organização: cada um zelaria, espontaneamente, pelo seu bom funcionamento, tornando dispensável o papel do Estado.

Blanc buscava na oficina social uma produção especializada por associados de mesmo ofício. A ampliação da especialização ocorreria conforme as necessidades, assim seria possível reunirem em uma só oficina profissões conexas, tendo um melhor aproveitamento, no setor da técnica, das vantagens da concentração. Nesse sentido, a oficina continuaria como centro de determinada produção e produziria para vender. Previu também a formação de grandes entrepostos, que receberiam os produtos em troca de recibos transferíveis e

descontáveis em banco pelo respectivo valor em papel-moeda. Os entrepostos poriam os produtos à venda em bazares do Estado, onde o público iria adquiri-los.

Ao preconizar um ideal de associação, Louis Blanc, mediante a transformação do meio econômico com a passagem de um regime de livre concorrência para um de cooperação e associação, almejava, por extensão, a passagem do regime da propriedade privada para o da propriedade comum e o de liberdade teórica para o de liberdade efetiva para todos. Mas isso não se constituiu em um alvo definitivo e sim em um instrumento provisório para criar uma sociedade comunista. Por isso, a consideração demonstrada às idéias de Blanc não devem estar vinculadas unicamente à oficina social, mas à associação como novo meio de remediar os excessos da concorrência e o apelo ao Estado para transformar o meio social e econômico, e também ao desenvolvimento das sociedades sob a forma de cooperativas de produção.

Desse modo, a evolução dos ideais associativos foi se manifestando em diferentes formas práticas e teóricas, algumas permitindo auxílios exteriores, outras buscando a ajuda-mútua, cada experiência visando à superação das dificuldades, enfrentando os ditames do sistema individualista que se constituíam cada vez mais excludentes. Outro referencial de composição do pensamento econômico cooperativista está vinculado à figura de P.J. Proudhon²¹, deputado da Assembléia francesa, que, em 1848, fundou o Banco de Trocas, instituição de crédito voltada ao meio popular. Acreditava que a reforma da sociedade aconteceria através das modificações, não mais na produção ou na repartição, mas na circulação. Afirmava que era no ato da troca que surgia a injustiça, que então era propagada por toda a economia.

Fundamentava essa instituição de crédito a partir da crítica contra o liberalismo e o socialismo. Semelhantemente à de todos os socialistas, contemporâneos e predecessores, essa crítica ao liberalismo também se concentrava na condenação severa à propriedade privada, mas com outra conotação. Ela era mais interna e original, determinando a condenação não da propriedade privada em si, pois Proudhon a considerava o eixo e a grande mola propulsora do sistema social, mas sim a renda sem trabalho conferida aos proprietários desta. Nas várias obras que escreveu, Proudhon refletiu o paradoxo dessa crítica, que era determinada por uma corrente de bem e mal, gerando vantagens e inconveniências, introjetados na constituição das propriedades. Na visão de Proudhon, a propriedade era uma instituição de justiça que dispunha dos meios de produção do trabalho, sendo este materializado pelos homens e alienado pelos proprietários desses bens.

Eis a contradição interna da instituição: princípio de justiça à medida que assegura a liberdade, transforma-se a propriedade em princípio de injustiça, uma vez que, não garantindo a igualdade, despoja o homem de parte de seu trabalho. Esta parte vai constituir uma renda sem trabalho, para o proprietário que a recebe. Trata-se de um verdadeiro abuso de direito ou privilégio sobre o qual assenta a propriedade. (Hugon, 1980, p. 199).

Nessa perspectiva, Proudhon rompeu com os sistemas socialistas anteriores, pois afirmava que não era a supressão das instituições que resolveria os problemas, mas, antes, a busca de um equilíbrio das forças e dos interesses econômicos, somente assim seria possível assegurar a igualdade e, portanto, a justiça tão almejada. Afirmava, também, que, do ponto de vista econômico, as doutrinas socialistas, ao invés de buscarem um equilíbrio desejável, geraram novos desequilíbrios, agravando o desperdício de forças, e, do ponto de vista social, por instituírem o princípio comunitário, a hierarquia e a autoridade, aumentaram

²¹ Nasceu em Bensaçon, França, em 1809, filho de família pobre e artesã, desde cedo desenvolvia trabalhos agrícolas remunerados para ajudar no sustento da família. Muito esforçado e interessado em aprender, jamais abandonou essa busca, mesmo enfrentando privações materiais. Imensa foi sua obra, inclusive sendo processado duas vezes, uma vez preso e exilado em consequência de suas publicações. Faleceu em Bruxelas, em 1865 (Hugon, 1980).

a miséria ao invés de assegurarem a igualdade, a liberdade, ou seja, a justiça. Frisava Proudhon: “*Necessário é, pois, conservar a instituição da propriedade privada no que de bom e necessário, sanando o vício que a infirma: a renda sem trabalho*” (Hugon, 1980, p. 201).

A evolução da concepção de propriedade no sentido de um estado de equilíbrio perfeito se consolida através de um princípio: a posse. Esta para Proudhon constituía uma instituição que permitiria a cada um conservar a propriedade privada do produto integral do seu trabalho.

Os capitais, sob as suas diferentes formas, geram rendimentos sem trabalho. A forma mais corrente, sob a qual se apresentam na prática, é a moeda, e o empréstimo de dinheiro gerador do juro, a fonte mais habitual de abuso de direito. Sendo, por conseguinte, possível estabelecer o crédito gratuito, desapareceria esta fonte de injustiça e, com ela, seriam eliminados da economia os demais fatores de rendimento sem trabalho. (Hugon, 1980, p. 202).

Com a garantia de um crédito gratuito, ninguém levantaria empréstimos mediante pagamento de juros, e, assim, todos os homens se apropriariam do produto integral do seu trabalho. A propriedade privada e a produção individual permaneceriam constituindo as bases da sociedade, respeitando o princípio da justiça, uma vez que as trocas se fariam de acordo com a igualdade. A equidade característica dessa troca residiria na reciprocidade, que era sinónimo da expressão adotada por Proudhon para qualificar o seu sistema de *mutualidade*. É esse princípio que asseguraria o equilíbrio das forças e dos interesses económicos e, indo para além dos objetivos económicos, “[...] *modificará a fundo a ordem social*” (Hugon, 1980, p. 203).

Os desdobramentos do pensamento cooperativista francês apresentaram diferentes matizes e também possibilitaram apreender aspectos relevantes à constituição de um movimento que, a princípio, demonstrou particularidades isoladas, mas que aos poucos se instituiu como um movimento mais amplo. Tanto as experiências práticas como os ideais percorridos foram de grande importância para o seguimento das discussões que se estabeleceram. Personagens como Edouard de Boyve e Auguste Fabre já vinham organizando cooperativas e discutindo com um grupo de companheiros os problemas sociais da época, numa espécie de círculo de debates: **La Solidarité**, depois denominado **Sociedade de Economia Popular**. Em 1885, organizaram o I Congresso das Cooperativas da França, em Paris, fundando a primeira federação de cooperativa, tal como havia na Inglaterra. Nesse congresso, foi decidido que a nova reunião seria realizada em Lyon, no ano seguinte.

Assim, em 1886, aconteceu o II Congresso das Cooperativas da França. Como presidente de honra, Charles Gide²² foi incumbido de pronunciar o discurso-programa do cooperativismo. Diante de representantes do Movimento Cooperativista inglês, como Vansitard Neale, e de professores universitários, condenou o regime do salário em nome da justiça e da solidariedade humana e traçou as linhas gerais do cooperativismo. O discurso tornou-se uma espécie de programa oficial do Movimento Cooperativista francês.

Nesse mesmo ano, Boyve, Fabre e Gide, fundaram na pacata cidade de Nîmes, a chamada **Escola de Nîmes**. A escola, na figura de Charles Gide, sistematizou o pensamento cooperativista, vinculando-o às idéias de Fourier, dentre as mais se destacava “[...] *abolição da luta de classes, através da supressão do salariado, dos intermediários do comércio e dos patrões da produção*” (Pinho, 1977, p. 101).

²² Charles Gide (1847-1932) era professor de Economia Política da Universidade da França. Jovem ainda, tornou-se conhecido com a publicação de artigos no **Journal des Economiste**. E, em 1883, publicou a primeira edição de **Principes d'Économie Politique**, livro reeditado sucessivas vezes, inclusive no Brasil. Foi quem deu o impulso inicial à sistematização da Doutrina Cooperativista (Pinho, 1977).

Em estudos posteriores, Gide organizou as idéias cooperativistas esparsas, tornando-se muito conhecido no mundo pela influência que a França exercia na época como o principal centro de difusão cultural, sendo este um importante elemento para a repercussão do cooperativismo. São também muito conhecidas as 12 virtudes do cooperativismo enumeradas por Gide: Viver melhor ou conseguir melhor nível de vida, através do auxílio mútuo; Pagar em dinheiro, a fim de evitar a dívida, que considera uma das formas de escravidão; Poupar sem sofrimento, já que a devolução dos ganhos sob a forma de retorno dos excedentes, proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios na cooperativa, lhes permite economizar sem sacrificar a satisfação das necessidades; Suprimir os parasitas, ou seja, eliminar os intermediários, de maneira a reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor; Combater o alcoolismo – finalidade educativa já acentuada pelos Pioneiros de Rochdale; Interessar as mulheres nas questões sociais, pois, sendo elas quem cuidavam do lar e faziam as compras, devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas de consumo; Educar economicamente o povo, tornando-o apto para a autogestão econômica e política; Facilitar a todos o acesso à propriedade; Reconstituir uma propriedade coletiva através da formação de um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, acima de nossas existências efêmeras; Estabelecer o justo preço, mas remunerando convenientemente todo trabalho consagrando à produção, inclusive o trabalho de direção e os trabalhos intelectuais preparatórios; Eliminar o lucro capitalista, criando a preocupação com a satisfação das necessidades dos homens e não com a obtenção de lucros; e, abolir os conflitos – na cooperativa de consumo, o consumidor torna-se seu próprio fornecedor; na cooperativa de produção, o operário torna-se seu próprio patrão; na cooperativa de crédito, o sacado torna-se o seu próprio sacado; na cooperativa de habitação, o locatário torna-se seu próprio locador e assim por diante, de modo que a disputa cessa pela fusão dos inimigos, ou melhor, o combate cessa por falta de combatentes (Pinho, 1977).

A partir dessas 12 virtudes, Gide interpretava ser possível a substituição do sistema capitalista por uma **república cooperativa** (Pinho, 1977, p. 104). Para tanto, três são as etapas previstas para alcançá-la: Primeiramente, seriam organizadas cooperativas de consumo para eliminar o lucro e qualquer aumento sobre o custo da produção a fim de alcançar o **justo preço**; Depois, seriam criadas cooperativas de produção industrial com os fundos acumulados nas cooperativas de consumo; e, por fim, viriam as cooperativas de produção agrícola. Em todas as cooperativas, o trabalho assalariado seria abolido.

Os produtores e os consumidores transformariam completamente a sociedade através de uma evolução pacífica e sem expropriações, eliminando, assim, os conflitos e a injustiça social. Dessa forma, todos os setores da economia seriam organizados segundo o sistema cooperativista. Logo, a soberania seria creditada ao consumidor e às relações de mercado, mediadas pelas próprias cooperativas, beneficiando a todos (Rech, 1995). Esse ideal preconizado por Gide apresentou aspectos divergentes do pensamento econômico de Owen e seus discípulos, que viam na cooperativa um instrumento de luta para a superação do capitalismo em busca de um sistema socialista. Com corrente de interpretação diferente, voltada para a produção, frisava a Escola de Nîmes que toda a questão social era, no fundo, uma questão moral, e que era precisamente do caráter cooperativista trazer para a ordem econômica esse fator moral, que era a ajuda mútua.

Nessa perspectiva, Gide enfatizou que o programa da Escola de Nîmes se tornara a carta do movimento cooperativo em todos os países do mundo e, ao impor a fórmula rochdaleana através dessa escola, deu-lhe toda a sólida virtude duma doutrina ao mesmo tempo científica, moral e social (Rebonatto, 1985).

No processo evolutivo do pensamento econômico cooperativista da França, observa-se a influência dos precursores ingleses na constituição dos processos práticos e teóricos. Assim, para uma melhor sistematização da concepção francesa, no Quadro 2 constam informações que permitem sintetizar os precursores, as principais obras práticas e teóricas e, consequentemente, as suas propostas para a constituição de formas alternativas de organização econômica.

Quadro 2

Concepção teórica e histórica da Economia Social na França – 1792 a 1886

Precursores	Obras Práticas e Teóricas	Proposta
L'Ange	1792 – Meios Simples e Fáceis para Alcançar a Abundância e o Justo Preço do Pão (folheto).	Idealizava a formação de cooperativas de consumo intituladas <i>armazéns de abundância</i> .
F.M. Charles Fourier	1808 – Theorie des Quatre Mouvements (livro). 1822 – Traité d' Association Domestique Agricole/ Théorie d l'Unité Universelle (Livro). 1829 – Novo Mundo Industrial (Livro).	Criação de falanstérios denominados <i>Comunidade Harmonia</i> , sendo que estes permaneceram na teoria.
Victor Considérant	1834 -1844 – Doutrine Sociale .	Discípulo de Fourier procurou tornar a obra do mestre mais precisa e, na América do Norte, fundou o primeiro falanstério.
P.J.B.Buchez	1831 – Meios de Melhorar a Condição dos Assalariados e das Cidades (artigo); e, no mesmo ano, orientou a Société des Bijoutiers em Doré e a associação de marceneiros franceses.	Formação de associações de operários, todos da mesma profissão, auto-sustentáveis, ou seja, sem intervenção do Estado ou de capitais privados.
Louis Blanc	1839 – L'Organisation du Travail (Livro). 1848 – fundou a primeira associação operária de produção em Paris. Foi presidente da Comissão de Governo para os Trabalhadores.	Formação de associação profissional de trabalhadores do mesmo ramo com intervenção estatal no financiamento, na legislação e no executivo e com financiamento de capitais privados.
P.J.Proudhon	1848 – fundou o Banco de Trocas.	Formação de instituições de crédito com o propósito único de eliminar a renda sem trabalho.
Charles Gide	1886 – apresentou o discurso-programa no II Congresso das Cooperativas em Lyon, França, e, em estudos posteriores, sistematizou idéias cooperativistas esparsas.	Nesse congresso, foram traçadas as linhas gerais do cooperativismo francês. Preconizou a formação de uma república cooperativa em substituição ao sistema capitalista.
Escola de Nîmes	1886 - fundada por Boyve, Fabre e Gide.	Sistematização do pensamento cooperativista, vinculando este a Owen e Fourier. O programa da escola foi considerado a carta do movimento cooperativista em todo o mundo, dando-lhe uma sólida virtude de doutrina, ao mesmo tempo científica, moral e social.

Fonte: Sistematização dos autores.

As contribuições dos precursores franceses para a constituição do pensamento econômico cooperativista foram de expressiva ajuda. Voltadas para o cooperativismo de produção, essas experiências influenciaram o movimento cooperativista no mundo todo, principalmente pelo caráter científico incorporado às ações políticas e educativas gestadas por esse núcleo do pensamento cooperativo. Assim como a Inglaterra, a França teve grande importância, pois as

experiências práticas e os debates teóricos entre esses dois principais centros culturais sugeriram ao mundo princípios e diretrizes do cooperativismo²³.

Assim, com a expansão do ideário cooperativista em vários países, uns voltados para o consumo, outros para a produção, e outros, ainda, para o crédito, não tardando que essas polaridades entrassem em acirrados debates, houve a necessidade de se comporem linhas doutrinárias do pensamento cooperativista em proporções mais amplas. Esse processo foi estabelecido ao longo do tempo, em reuniões localizadas, onde eram discutidos diferentes planos fundamentados pelo principal critério rochdaleano, ou seja, o participacionismo.

Essas correntes apostavam nesse fundamento para formularem as concepções do cooperativismo. O grupo anglo-francês, composto pelos Socialistas Cristãos ingleses e pelos Cristãos Sociais da Escola de Nîmes, liderado por Vansittart Neale, defendia o plano de emancipação do produtor, influenciado pelo cooperativismo industrial e pelo cooperativismo agrícola. Conclamava o associativismo, a democracia econômica participativa e a participação dos trabalhadores nas empresas cooperativas. Entendiam os partidários dessa corrente que o processo de transformação da sociedade se daria prioritariamente através das cooperativas de produção, onde se aboliria o trabalho assalariado e onde os trabalhadores participariam dos excedentes das empresas. Para tanto, lançaram, em 1892, o Manifesto **Proposal for an International Alliance of the Friends of Cooperative Production** (Rebonatto, 1985, p. 29), que representava uma tentativa de fixação de linhas de um plano cooperativista e de normas gestionárias das cooperativas.

Opostos a essa corrente, o cooperativismo de consumo do grupo de Manchester, apoiado pelas federações cooperativistas de consumo inglesas, defendia o plano de hegemonia do consumidor. Acreditava que todas as pessoas eram consumidoras, sendo que nem todas eram trabalhadoras; as cooperativas de consumo eram, assim, mais universais nos objetivos que defendiam, portanto, atendiam aos interesses de todas as pessoas. Com a expansão das cooperativas de consumo, elas desencadearam o processo cooperativo para outros setores, como o agrícola e o industrial.

Dentro desse contexto divergente, era necessário buscar uma forma de articular as diferentes opiniões e, principalmente, de aproximar as várias organizações existentes no mundo. Então, em 1895, como estratégia de superação desse impasse, foi fundada, em Londres, durante o I Congresso Internacional do Cooperativismo, a Aliança Cooperativista Internacional (AIC)²⁴. As resoluções extraídas desse congresso guiaram a preparação do estatuto da Aliança Cooperativista Internacional, onde o predomínio do plano de integração cooperativista embasado na hegemonia do consumidor foi assegurado como princípio norteador do cooperativismo mundial.

Assim, a autenticidade do modelo rochdaleano começou a ser codificado e firmado mundialmente pela Aliança Cooperativista Internacional, e, com a evolução da realidade socioeconômica dos povos, a necessidade de adequar os princípios às transformações mundiais foi confirmada e expressada no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional de 1937, em Viena, onde um Comitê Especial apresentou o resultado de um estudo feito nas cooperativas de todos os países para saber se os princípios rochdaleanos eram aplicados integralmente.

²³ No Brasil, o cooperativismo, após o fracasso de três experiências nos Estados de Pernambuco e Paraná, teve sua primeira experiência concreta através do Pe. Théodor Amstadt, que, em 1902, fundou a Caixa Rural Cooperativista, em Nova Petrópolis, fazendo do Rio Grande do Sul o berço do cooperativismo brasileiro. Para obter maiores informações, ver Oliveira (1979) e Pinho (1965; 1993).

²⁴ Dentre os fundadores da AIC, destacam-se: Vansittart Neale, da União Cooperativa Inglesa; George Jacob Holyake, da Inglaterra; e Edouard de Boyve, da França (Schneider, 1991).

O estudo revelou que, embora já existissem diversas cooperativas organizadas na Inglaterra e na Escócia no período de 1816 a 1840, os princípios rochdaleanos adotados em 1844, por ocasião da constituição da famosa Cooperativa dos Pioneiros, constituíram o marco inicial do movimento cooperativo de transformação econômico-social, sendo consagrados pela Aliança Cooperativa Internacional e servindo de fundamento à doutrina, bem como representando o marco inicial do cooperativismo moderno.

Em 1966, foram realizados novos levantamentos, pois alguns estudiosos consideravam ultrapassados os princípios, diante das grandes transformações verificadas em todo o mundo, especialmente nos aspectos sociais e econômicos. Não obstante, as ponderações, as alterações foram mínimas, sendo que os princípios básicos não foram alterados e, assim, foram consagrados no XXIII Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, conforme as informações constantes no Quadro 3.

Quadro 3

Princípios básicos do Cooperativismo consagrados pela Aliança Cooperativa Internacional nos Congressos de 1937 e 1966

CONGRESSO DE SETEMBRO DE 1937	CONGRESSO DE SETEMBRO DE 1966
1. Adesão livre.	1. Adesão livre.
2. Gestão democrática.	2. Gestão democrática.
3. Juros limitados ao capital.	3. Taxa limitada de juros ao capital.
4. Retorno proporcional às operações.	4. As sobras eventuais pertencem aos Cooperados e podem ser distribuídas: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns ou aos associados, proporcionalmente às suas operações com a cooperativa.
5. Neutralidade política, religiosa e racial.	5. Neutralidade social, política, racial e religiosa.
6. Transação a dinheiro.	6. Ativa cooperação entre as cooperativas, nos planos local, nacional e internacional (integração).
7. Desenvolvimento do ensino em todos os seus graus.	7. Constituição de um fundo para a educação dos Cooperados e do público em geral.

Fonte: Oliveira (1979, p. 29).

Dando mais ênfase em uns princípios do que em outros, adequando-os às particularidades de cada sistema econômico, de cada cultura ou organização social, esses valores orientam e permitem identificar uma organização cooperativa em qualquer parte do mundo. Mas, no essencial, procuram ser organizações livres, autônomas, inspiradas na ajuda mútua e no predomínio do processo de cooperação sobre o da concorrência, preservando um mínimo de coerência com os valores fundamentais que inspiram o movimento cooperativo.

Nessa perspectiva, a evolução do pensamento econômico cooperativista tanto na Inglaterra como na França expressa a importância desses precursores para a constituição do movimento cooperativista no mundo inteiro. As idéias insólitas de alguns e as experiências práticas de outros constituíram um processo de aprendizado, levando à composição de estruturas orgânicas eficientes, a ponto de se tornarem modelo de referência, com princípios, com estatutos, com diretrizes e, principalmente, com objetivos bem definidos. Para melhor visualização e síntese do processo de construção do pensamento cooperativista, a Figura 1

Assim, os precursores do pensamento cooperativista – ingleses e franceses – marcaram efetivamente o início do movimento como um todo. As contribuições teóricas e práticas estão presentes na evolução das reações cooperativistas e percebidas nos mais diferentes matizes que o pensamento econômico cooperativo foi se desdobrando. A hegemonia desse pensamento firmou as bases a partir da criação da Aliança Cooperativa Internacional, que fundamentou todas as operações nos princípios dos Pioneiros Rochdale, ou seja, nos princípios do cooperativismo de consumo. Outros países também foram influenciados por esses ideais de justiça, equidade e democracia, resguardadas as condições sócio-político-econômicas de cada ambiente, permitindo afirmar que o cooperativismo obteve resultados significativos.

Os princípios ou normas do cooperativismo, no seu conjunto, expressam uma meta, um programa de ação conquistado dia a dia, com inevitáveis contradições, avanços e retrocessos próprios de qualquer processo social. Nesse processo de vir-a-ser sofre as imperfeições e incoerências transitórias de todo processo que procura transformar a realidade. Nessa perspectiva, as formas de organização econômica, visando a um adequamento à realidade socioeconômica na qual estão inseridas, desdobram-se em alternativas produtivas diferenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do pensamento econômico, as diferentes correntes que foram se construindo ao longo do tempo fizeram com que a atividade econômica fosse desdobrada em vários segmentos, voltados para o consumo, para a produção agrícola e industrial, para o crédito, dentre outros, influenciando os agentes econômicos pelo lado tanto da oferta como do consumo.

Na busca de fazer com que o homem fosse colocado em primazia em relação ao capital, os Movimentos Confessionais e a Liga dos Camponeses, a partir dos princípios norteadores de ajuda-mútua – cooperação, união, solidariedade, associação, coletividade – começaram a inserir-se na propagação do pensamento econômico cooperativista. Para tanto, diferentes estruturas foram implantadas, sendo que algumas procuravam justapor-se ao sistema econômico vigente, ou seja, planejavam estratégias de organização da sociedade a partir de parâmetros mais solidários, criando, assim, doutrinas socialistas que vão desde a formação de ambiente apropriado economicamente até doutrinas mais rígidas que se insurgiram diretamente contra a propriedade privada. Por outro lado, o Estado, a Igreja através dos movimentos confessionais, e os grupos representativos dos profissionais, da família, dentre outros, buscavam justamente a harmonia entre os interesses privados e os coletivos, optando por uma doutrina intervencionista que permitia a intervenção social de entidades superiores. Procuravam estabelecer restrições, não extinção, à liberdade econômica e particularmente nesse sentido se contrapunham ao liberalismo.

Nesse contexto de transformações na matriz produtiva internacional e nas instituições do mercado capitalista em geral que, as concepções do cooperativismo, tanto pelo lado do consumo como da produção, propõem-se alternativas à metamorfose do mundo do trabalho, mais especificamente para os indivíduos excluídos das condições de consumo de bens e serviços necessários a sua manutenção e reprodução.

Essa concepção do cooperativismo, ao longo do tempo, desdobrou-se em outras formas de organização, tais como: Economia Popular, Economia Solidária e Economia Popular e Solidária, que serão objetos de uma próximo artigo.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2000.
-
- NBR 10520:** Apresentação de
- Citações em documentos. Rio de Janeiro, 2001.
-
- NBR 14724:** Trabalhos Acadêmicos
- Apresentação. Rio de Janeiro, 2001.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 6ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2000, 339p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. **Dicionário Prático de Cooperativismo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, 224p.
- HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1980, 432p.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, 296p.
- LUZ FILHO, Fábio. **Teoria e Prática das Sociedades Cooperativas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1961, 563p.
- MUSSKOPF, Eri Eloar. **Cooperativismo: uma proposta de ressurgimento histórico – ideológico**. 1999. 257p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da UNISINOS, São Leopoldo.
- OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979, 273p.
- PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil Desenvolvido e no Brasil Subdesenvolvido**. São Paulo: USP, 1965, 79p.
-
- Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977, 177p.
-
- Cooperativismo no Brasil**. Brasília: Ed. OCB, 1993, 47p.
- REBONATTO, Carlos Alberto Trindade. **A Cooperação e o Cooperativismo: retrospecto histórico, classificação e natureza jurídica das cooperativas**, In Revista Perspectiva Econômica Ano XIX, n. ° 51, 1985, p. 9-52.
- RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: FASE, 1995, 171p.
- SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991, 417p.